

Sumário

Editorial.....	9
----------------	---

DOCTRINA

ARTIGOS

The Case of 4G Technology in the Brazilian Telecommunication Law

Felipe Tadeu Ribeiro Morettini, Emerson Gabardo	13
Introduction	13
I Current Broadband Scenario in the Brazilian Telecommunications Sector	16
A) Legal Organization of the Sector until the Auction Date	16
B) Overview of the Telecommunications Infrastructure	21
1 Broadband Through Mobile Access	21
C) Normative Framework of Mobile Broadband Access	22
II Public Policy Requirements for the Sector at the Invitation to Tender	24
III Previous National Experience in the Search for Universal Access to 3G Technology and Several Points Regarding Competition.....	26
IV Some International Experiences.....	27
V The requirements of the Invitation to Tender and the Development issue	29
VI Conclusion.....	37
References	38

The Right to Information from the Procedural Standpoint (Judicial and Non-Judicial)

Ricardo Perlingeiro	43
1 Overview of the right to information access in Latin America	44
2 Vague legal concept and vulnerability of information access law.....	45
3 Jurisdictional (judicial and non-judicial) review of the margin of administrative appreciation ..	46
4 Procedural administrative due process of law in Latin America	47
5 Models of review of decisions on information access within the sphere of the OAS and Latin American countries.....	47
Closing considerations.....	48

O primeiro passo na Grande Marcha: legislação e prática do Governo Aberto à Informação (GAI) na China

Jiang Ming'an, Tan Daoming	51
1 Introdução	52
2 Princípios gerais	54
2.1 Princípios nas Regulações do GAI	54
2.2 Publicidade é princípio e confidencialidade é exceção	55
3 Principais conteúdos	56
3.1 Os órgãos do GAI e a definição de "informação governamental".....	56
3.2 O alcance da publicidade e suas limitações	58
3.3 Métodos e procedimentos para a publicidade.....	60
3.4 Supervisão e garantias	62
4 Várias deficiências	63
4.1 Falta de bases constitucionais claras	63
4.2 Limitações legais	63

4.3	Restrições da Lei do Contencioso Administrativo	64
5	Alguns aspectos na prática	65
6	O futuro do GAI na China	67
	Referências	67

Transparência enquanto pretensão jurídica global

Márcio Ricardo Staffen, Maurizio Oliviero	71
A título de introdução.....	72
O que é isso – Direito Global?	73
Da publicidade à transparência.....	80
Considerações finais	86
Referências	89

O regime jurídico das Parcerias Voluntárias com as Organizações da Sociedade Civil: inovações da Lei nº 13.019/2014

Cristiana Fortini, Priscila Giannetti Campos Pires	93
1 Introdução	93
2 Fundamento da Lei nº 13.019/2014	98
3 Conceitos das Organizações da Sociedade Civil e requisitos formais para enquadramento nos termos da Lei nº 13.019/2014.....	101
4 Instrumento de formalização das parcerias: Termo de Colaboração e Termo de Fomento	108
5 Obrigatoriedade de seleção das Organizações da Sociedade Civil por Chamamento Público	111
6 Conclusões.....	113
Referências	114

Possibilidade e limites do controle judicial das ações e das omissões da Administração Pública na implantação de políticas públicas com sede constitucional

Flávia Moreira Guimarães Pessoa, Henrique Ribeiro Cardoso, Otavio Augusto Reis de Sousa	117
1 Considerações iniciais	118
2 Legalidade, juridicidade e atuação da Administração	119
3 Trajetória do controle dos atos da Administração	122
4 Políticas públicas: insindicabilidade ou intervenção obrigatória?.....	128
5 A razoabilidade na determinação da implantação de políticas públicas pelo Judiciário: a reserva do possível como limite	135
6 Conclusões.....	140
Referências	142

O poder de veto da bancada empresarial no Congresso: um *veto player* emergente na teoria de George Tsebelis

Henrique Rangel, Carlos Bolonha, Fabrício Faroni	145
I Introdução	146
II A teoria dos <i>veto players</i> de George Tsebelis.....	149
III O problema da emergência na teoria dos <i>veto players</i>	154
IV A bancada dos empresários no Congresso Nacional	157
V O exercício do poder de veto: casos emblemáticos	160
VI Conclusão	176
Referências	178

A natureza jurídica dos atos normativos elaborados pelas agências reguladoras	
Ricardo Duarte Jr.	181
1 Introdução	181
2 A crise de legalidade	182
3 As funções do Estado e os atos normativos elaborados pelas agências reguladoras	186
3.1 A posição de Marco Juruena Villela Souto	194
3.2 A posição de Marçal Justen Filho	194
3.3 A posição de Paulo Todescan de Lessa Mattos	195
3.4 A posição de Alexandre Santos de Aragão	195
3.5 A posição de Egon Bockmann Moreira	196
3.6 A nossa posição e a deslegalização	196
4 Conclusão	204
Referências	205
Constituição, memória e história no Brasil recente: reflexões sobre a Comissão Nacional da Verdade	
Raphael Peixoto de Paula Marques	209
Introdução	209
I A justiça de transição brasileira e os seus atuais desafios	210
II A "transição da transição" brasileira e o dever de verdade e memória	215
III A Comissão Nacional da Verdade: criação, atuação e resultados	218
IV Considerações finais: verdade, memória e Constituição	226
Referências	229
Da necessidade de uma política pública voltada aos medicamentos para doenças raras	
Joseane Ledebrium Gloeckner	233
Introdução	233
1 O caso das doenças raras e do medicamento órfão	233
2 Da repercussão econômica dos medicamentos	235
2.1 Da propriedade industrial dos medicamentos	236
2.1.1 Função social da propriedade industrial de medicamentos	236
2.2 Mecanismos já existentes para prestação de medicamentos para portadores de doenças raras	239
2.2.1 Do licenciamento compulsório	239
2.2.1.1 Licenciamento compulsório por abuso de poder econômico	241
2.2.1.2 Licenciamento compulsório pela não exploração da patente	242
2.2.2 Da importação paralela	244
2.3 Breve análise da política pública de medicamentos para doenças raras nos Estados Unidos e na União Europeia	248
2.3.1 Política pública de medicamentos para doenças raras nos Estados Unidos	249
2.3.2 Política pública de medicamentos para doenças raras na União Europeia	251
2.4 Necessidade de uma política pública voltada aos medicamentos para doenças raras no Brasil	254
Conclusão	258
Referências	260
ABSTRACTS	263
INSTRUÇÕES PARA OS AUTORES	269